

O avesso das negativas

Lidiane S. Rodrigues*

ROCHA, João Cezar de Castro. *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

Machado de Assis: por uma poética da emulação, de João Cezar de Castro Rocha, propõe uma “explicação alternativa a um dos dilemas centrais da crítica literária brasileira” (p. 10), a saber: “a crise dos 40 anos”, vivida por Machado de Assis entre 1878 e 1880, e a reviravolta que se assinala na passagem dos romances da primeira fase de sua obra (*Ressurreição*, 1872; *A mão e a luva*, 1874; *Helena*, 1876 e *Iaiá Garcia*, 1878) aos da segunda (*Memórias póstumas de Brás Cubas*, 1881; *Quincas Borba*, 1892; *Dom Casmurro*, 1900; *Memorial de Aires*, 1908). Emulação, rivalidade, disciplina: eis a embocadura da “metamorfose” do “sempre solícito Machadinho” no “Machadão que se admira em todo o mundo” (p. 13), sugerida no livro que passo a apresentar.

Propondo uma “leitura cruzada da obra machadiana”, sem “hipertrofiar os estudos em torno do romance”, o autor destaca “unidades temáticas e textuais presentes nos diversos gêneros exercitados” (p. 23) por Machado de Assis — crítica, crônica, teatro. Esta perspectiva propicia achados, como o do “escritor operário” — autodefinição de Machado em 1872, explorada por João Cezar (p. 35, 24, 37, 179), para asseverar que,

“a contrapelo do padrão usualmente celebrado do dom espontâneo e prolífico, Machado passou a vida polindo sua arte: em lugar do fácil e do imediato, (...) levou a sério a imagem do artista operário” (p. 169).

A proposta desta “leitura cruzada”, articulada à investigação da rivalidade com Eça de Queiroz, é central e embasa o segundo capítulo do livro, “No meio do caminho tinha um autor”. Nele, o crítico se situa na contramão do senso comum douto, que tem tratado a crítica de Machado a Eça como “um dos pontos máximos do exercício crítico machadiano” (p. 94). Mostra de modo convincente que, bem ponderados os termos e o conteúdo da crítica, “são suas páginas menos felizes” (p. 94). No escrutínio dos “critérios machadianos na avaliação da obra queirosiana” (p. 110), colhe alguns “surpreendentemente moralistas”, sobretudo relativos ao decoro familiar e ao comportamento feminino. Como matéria social e matéria estética se mesclam, o retrato de Machadinho crítico de Eça também as embaralha: “como se apresentasse ao distinto público um atestado de bons antecedentes, [Machado] defende uma exegese adequadamente pia, excluindo qualquer apropriação paródica da Bíblia” (p. 119). Por esta e por outras razões não é descabido perguntar: “qual o Machado que lê e critica de modo tão acre o romance de Eça de Queiroz?” (p. 107), e

responder: “O leitor de *O primo Basílio* foi o autor de *Iaiá Garcia* e não o criador das *Memórias póstumas de Brás Cubas*” (p. 109). Dito de outro modo: é preciso ler a crítica de Machadinho a Eça como parte do processo de transição que resultará na segunda fase da obra de Machado. Estão, nos textos de crítica a *O primo Basílio*, “de um lado, Eça e seu êxito; de outro, o autor no qual Machadinho estava prestes a se tornar” (p. 94).

Os achados não se esgotam nesta advertência. João Cezar surpreende também, no diálogo crítico com Eça, a “emergência (em Machado) da ideia de emulação” (p. 136), e dele extrai formulações programáticas que seriam levadas a cabo nos romances seguintes. Afirmo ele, parafraseando Machado: “Eça é um fiel e aspérrimo discípulo; vale dizer, sem diplomacia, ele imita Zola. No entanto, embora *imite*, não é *simples copista*, porém *homem de talento*” (p. 138); “Eça imita e, *por isso mesmo*, é original” (p. 137). Nesse sentido, Machado começava a “intuir a técnica que estimulou o salto qualitativo implicado na escrita das *Memórias póstumas*” (p. 139), reagindo “visceralmente ao êxito de *O primo Basílio*”, “intui” “um caminho que muito em breve ele transforma em seu domínio particular” (p. 147). Por um lado, o recuo na tradição literária (para o crítico, presente em Eça) que possibilitará a “a recuperação machadiana de práticas literárias pré-românticas em tempos pós-românticos” (p. 139); por outro, a emulação dele, em regime de rivalidade, que implicará “a radicalização machadiana: se Eça deu, por assim dizer, um passo atrás, o defunto autor (Brás Cubas), em seu delírio, ‘viajou à origem dos

séculos’, apropriando-se do conjunto da tradição literária, com uma liberdade inovadora e uma irreverência libertadora (...) o escritor brasileiro soube aproveitar a lição do romancista português. Se não me iludo, graças à emergência da técnica da emulação como critério de leitura crítica e de escrita inventiva” (p. 148). Esta “resposta ao sucesso de Eça” (p. 249) é entendida como “elemento catalisador que evidenciou a insatisfação de Machado com seus próprios procedimentos” (p. 94). E disso o leitor sai convencido. As “unidades temáticas” que atravessam o “sistema literário de Machado” (não apenas os romances, como o crítico insiste) constam também na crítica a Eça e são rearranjadas na segunda fase, do Machado.

A “emulação” não é questão exclusivamente literária, a rivalidade catalisa a reviravolta machadiana e a necessidade de “retorno ao texto” são ideias centrais na argumentação do autor — o que se observa facilmente no melindre como reage aos possíveis questionamentos de seus leitores, interlocutores implícitos a todo tempo respondidos. Comento algumas a seguir, ciente do risco implicado nisso. Nesta brincadeira de esconde-esconde de citações, referências e trocadilhos, com toda sorte de charadas eruditas que a acompanha, é sempre possível se decretar a “inocência” do leitor que ignoraria a piscadela de olho entre cavalheiros. O autor e o livro blindam-se de tal modo com estas armas que um leitor mais frágil se intimidaria — tanto quanto um malicioso desconfia.

O crítico afirma que o problema *literário* da emulação é também problema de política

cultural e não foi eliminado do cenário, posto que as assimetrias de poder na República Mundial das Letras existem e exercem sua coerção sobre todos os que nela pretendem adentrar, e de modo *específico* sobre os escritores em posições periféricas. Há “literaturas favorecidas por determinada circunstância histórica que beneficia esta ou aquela língua na difusão de obras. A ‘universalidade’ deste ou daquele autor depende mais do idioma no qual escreve do que da qualidade intrínseca de sua obra” (p. 98). Estando de pleno acordo com essa perspectiva, é difícil não se perguntar por que o autor se vê instado a se defender de interlocutores implícitos para os quais essa ideia e o argumento da rivalidade com Eça a ela atrelado sejam questionáveis. Os leitores limitam a ousadia do crítico? Explico-me.

O drama de ocupar uma posição periférica é conhecido de todo aquele com alguma pretensão no sistema de produção simbólico e situado às margens do centro dessa produção. Essa posição o obriga a desenvolver toda sorte de artifícios especificamente literários e simbólicos para fazer frente à desvantagem objetiva em que se encontra. Como mostrou Pascale Casanova (*A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002), numa reconstituição histórica de longa duração, os agentes que ocupam posições dominadas nesta República — cujas *fronteiras, hierarquia e temporalidade* não correspondem nem se subsumem, embora não deixem de ser devedoras da realidade geográfica, econômica e social — são dotados de particular lucidez *em relação ao funcionamento dela*, aliados que se encontram das facilita-

des dos dominantes. Segundo ela, “pouquíssimos escritores centrais tiveram uma ideia da estrutura da literatura mundial (...) São cegos por definição: seu próprio ponto de vista sobre o mundo esconde-lhes o mundo que acreditam reduzido ao que nele veem” (*A república mundial das letras*, p. 63). Nesse *approach*, a topografia das posições dominantes e dominadas no interior da hierarquia da República Mundial das Letras é complexa, diga-se de passagem, pois não se constitui de *um* centro e de *uma* periferia. Ou, ligando os termos de João Cezar ao de Casanova, em “toda cultura hegemônica há bolsões periféricos, assim como em toda circunstância não hegemônica há ilhas de prosperidade” (*Machado de Assis: por uma poética da emulação*, p. 97). Ora, nesses termos, ao eleger Eça como um concorrente, e discutir *por meio dele* o tratamento a ser dado à tradição literária *dominante*, Machado de Assis está construindo seu ingresso nesta República, cuja unidade se estabelece por meio de diferenciações internas referidas umas às outras. Justamente por isso, a emulação pode ser encontrada tanto em escritores da periferia do capitalismo e da República das Letras quanto do centro do capitalismo, mas na periferia desta República — como Casanova analisa no “paradigma irlandês” (p. 365-384), como João Cezar afirma (p. 334, 344, 354).

Seria risível cobrar do autor que citasse o livro de Casanova. E se chamo esta autora para a conversa é em apoio a seus argumentos, que, penso, ganhariam força com o auxílio dela, providencial para economizar a energia gasta em responder aos interlocutores que o perturbam incessantemente e voltá-la

para calibrar sua própria explicação. Casanova enfrentou, senão as mesmas questões que ele, a *articulação* que ele parece ambicionar dar a elas, e que pontilha do início ao fim *Machado de Assis: por uma poética da emulação*. E a autora o fez de um modo tão destemido e competente quanto possível. Alguns trechos de João Cezar de Castro Rocha poderiam ter sido escritos por ela, por exemplo: “não é possível avaliar a maior parte das manifestações latino-americanas, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, sem considerar que, para os atores do processo, o centro de atração encontrava-se em *outro* lugar. Um lugar com nome próprio: Paris. E uma sede: Londres. Nesse horizonte, entende-se melhor a singularidade machadiana em sua mentalidade de torna-viagem em tudo oposta ao deslumbramento do rastaquera” (p. 348). A incorporação do modelo analítico proposto por Casanova, aqui sumariado *grosso modo*, além de conferir maturidade à crítica, em muitos rincões ainda presa a uma relação encantada e infantil com os autores que analisa, poderia auxiliar a entender os desdobramentos de uma tradição que se constitui enfrentando o problema da tradução, problema do qual se ocupa *en passant* João Cezar de Castro Rocha. Não bastasse isso, as luminosas “coincidências impressionantes” que ele elenca poderiam ganhar inteligibilidade, para além do lance de encanto da aproximação surpreendente, como são os casos de “inúmeras variantes (da emulação): *filiações*, de Oswald de Andrade, jogo das influências de Gabriel Garcia Márquez, o afã de *dominar as técnicas*, de Alejo Carpentier” (p. 195).

Como assinalou oportunamente José

Luiz Passos, a respeito do livro em questão, “algumas das teses expostas foram debatidas por outros, sem que estes sejam referidos diretamente como participantes do debate” (José Luiz Passos, *O Estado de S. Paulo*, 15 ago. 2013). João Cezar se empenha em driblar a copiosa fortuna crítica referendando-a na abertura dos capítulos na qualidade de epígrafes, diferenciando-se do regime de citações mais conforme o decoro universitário. Não querendo “enredar-se em polêmicas estéreis” (p. 92), propõe como antídoto às leituras que se originam delas — superficiais e de “consulta”, ou seja, que “compõem um arquivo de citações confirmadoras da visão do crítico” (p. 27) — um “retorno ao texto, a fim de mapear o sistema literário de Machado de Assis”.

Qualquer sujeito de bom senso entende tanto o problema quanto a alternativa, mas não deixa de se indagar se ela é realmente factível — *para além da supressão das citações* e das infindáveis notas de rodapé. O melindre na repetição de algumas ideias, o esforço em esclarecer seus objetivos, reiterando-os, a antecipação da crítica, entrevista nos interlocutores implícitos, gritantemente presentes no texto, estão aí para dar prova do contrário. Por que, de modo algo aflitivo, *reagir*: “não se trata de questão psicológica, mas de insatisfação do autor com sua obra; dilema agravado pelo aparecimento do jovem romancista português” (p. 13, também em p. 94) — aliás, a quem ocorreria pensar que concorrência entre praticantes de alguma arte é “psicológico”? Por que, tantas negativas: “não estou inventando a roda” (p. 24); “não digo que se trate de causa determinan-

te [a rivalidade com Eça], muito menos de fator único, penso antes num efeito catalisador, que permitiu (...) superar-se reinventando sua literatura” (p. 56, também em p. 13 e 182). Por que *repetir insistentemente* “não atribuo um valor unívoco à noção de centro, ou de cultura hegemônica, tampouco confundo o conceito com uma posição geográfica específica”; e ter de *esclarecer* — hegemonia “não é uma questão de latitude fixa, porém de oscilação das relações de poder”; *assumir*, afinal que “a redundância se impõe”; (p. 97); “reitere-se que ele nada tem a ver com uma desatualizada ontologia do ser periférico, pois alude a uma situação concreta de desequilíbrio nas trocas culturais” (p. 202; e também em: p. 334 e 336.); e *explicar-se*, afirmando que não elogia o *atraso*, como se houvesse “uma misteriosa vantagem epistemológica”. (p. 190, e também em p. 208-209 e 325). Por que tantas negativas, sendo tão razoável simplesmente colocar em prática a divisa: “é preciso encontrar um meio-termo entre o elogio, por certo tonto, do atraso, e a negação, igualmente tola, da assimetria nas trocas simbólicas internacionais” (p. 346). Faria minhas as palavras do crítico que fez suas as de Machado: “pelo avesso, toda essa série de não abre caminho para um sim constrangido” (p. 153), não fosse o risco de acinte.

Desnecessário listar os exemplos de “antecipação” de críticas prováveis *atualizando* o diálogo com os críticos que pretende driblar no “retorno ao texto”. Esse movimento de “retorno” é realizado *sob a condução* de todos os leitores de Machado que atormentam o crítico (seus alunos, seus aliados-adversá-

rios, a leitura que estes fazem da tradição) — incluindo aí Machado-leitor, empenhado numa “recepção programada” de sua obra, segundo recente análise de Hélio de Seixas Guimarães (*Machado de Assis, o escritor que nos lê*. A figura e a obra machadianas através da recepção e das polêmicas. Tese (livre-docência) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013).

José Luiz Passos notou que “aplicada ao texto do próprio crítico, a teoria da emulação revela um gesto irônico” (*O Estado de S. Paulo*, 15 ago. 2013). O que dizer então do pretenso drible na crítica com o “retorno ao texto”? Impasse machadiano, decerto, João Cezar quer voltar ao texto, mas dá pistas de estar a todo tempo guiado nesse caminho pelas expectativas de recepção de seu retorno e preso às leituras dos interlocutores à roda de sua biblioteca — selecionei aleatoriamente exemplos disso acima — e entre eles não se encontram, ao que parece, defensores de Casanova. Dificilmente alguém que leve a sério literatura não reconheça certa nobreza de intenção em tentar recuperar o texto de Machado da subordinação à “defesa de posições institucionais” (p. 26) e em sua “reiteração” de que “não se trata de especulação anterior à leitura de um *corpus* determinado. O percurso adotado neste ensaio é o oposto: o estudo comparativo de textos estimulou a formulação da hipótese” (p. 192). Porém, se até Machado de Assis precisou de um catalisador — o triunfo de Eça — para lhe atizar, o que dizer de nossos colegas acadêmicos? Por que negar que são movidos pela concorrência, esse “acicate poderoso”? Resta dúvida

apenas se superarão (se superaremos) a “crise dos quarenta anos” com a reviravolta à altura de um Machado. Ao vencedor, as batatas.

* Doutora em história social pela Universidade de São Paulo. Bolsista Fapesp. São Paulo, SP, Brasil. E-mail: lidianesrgues@gmail.com.